



## REPRESENTAÇÕES DA SOCIABILIDADE FEMININA NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX \*

Lucia M. A. Ferreira \*\*

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

[lmf@connection.com.br](mailto:lmf@connection.com.br)

**RESUMO:** As práticas discursivas da imprensa constituem-se como espaço sócio-histórico em que se articulam o poder e as transformações sociais e participam da construção da identidade cultural e da memória social. Os resultados apresentados neste trabalho fazem parte de um estudo sobre as representações da figura feminina na imprensa brasileira durante o século XIX. O discurso jornalístico é comparado ao discurso da história e às narrativas dos viajantes estrangeiros que registraram suas visões acerca da sociedade brasileira. Se, no início do século XIX, as mulheres eram praticamente invisíveis na imprensa, as mudanças nas configurações das representações ao longo do tempo indicam mudanças nos padrões relacionais e um crescente questionamento acerca de uma identidade feminina até então construída com referência exclusiva ao domínio familiar doméstico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa brasileira – Século XIX – Representação – Figura feminina.

**ABSTRACT:** The discursive practices of the press can be seen as socio-historic spaces where power and social changes are articulated and, as such, participate in the construction of cultural identity and social memory. The results presented in the article are part of a study about the representation of the feminine figure in the Brazilian press during the 19<sup>th</sup> century. Journalistic discourse is compared to that of history and to the narratives of the foreign travelers who registered their views of Brazilian society. If, at the beginning of the century, women were virtually absent from the press registers, the changes in the configuration of representation along the period also indicate changes in relational patterns and a growing questioning of the feminine identity up till then constructed exclusively with reference to the family and the domestic sphere.

**KEYWORDS:** Brazilian press – 19<sup>th</sup> century – Representation – Feminine figure.

Compreendendo o discurso da imprensa como espaço sócio-histórico em que se articulam o poder e as transformações sociais, partícipe ativo da construção das identidades culturais e da memória social, examino, neste artigo, algumas marcas da

---

\* Trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Representações no Discurso Midiático, apoiado pelo CNPq. Versões preliminares foram apresentadas em encontros acadêmicos durante o ano de 2007.

\*\* Doutora em Linguística pela UFRJ. Docente (Profa. Associada) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS/UNIRIO.

construção da figura feminina em periódicos do século XIX, época em que a imprensa surge no Brasil e passa a constituir-se, ao lado das instâncias tradicionais — família, igreja, escola e vizinhança — em espaço de formação e expressão da subjetividade.

Para examinar esses processos históricos da produção de sentidos, em primeiro lugar situo o tema das práticas discursivas mediadas no âmbito mais geral de uma discussão a respeito de seu papel na manutenção e transformação social e na construção da memória. Em seguida descrevo brevemente as condições sócio-históricas em que se funda a imprensa brasileira, e identifico, a partir de algumas práticas discursivas, marcas da construção da imagem da mulher em periódicos de dois momentos históricos diferentes do século XIX: o período joanino, aqui representado pelos periódicos **Gazeta do Rio de Janeiro** e **Correio Braziliense**<sup>1</sup>, e o final do século, com exemplos da imprensa feminina.

### **A EXPERIÊNCIA MEDIADA E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA MEMÓRIA**

Os meios de comunicação são frequentemente apontados como vetores que vieram a oferecer, no mundo moderno, os estímulos e suportes mais poderosos para os rearranjos da identidade e da memória, e que irão proporcionar as transformações mais dramáticas nas relações espaço-temporais. A expansão do Estado e das instituições, intimamente relacionada à mediação do texto impresso é apenas um dos exemplos dessas transformações, indicando que, de fato, “a modernidade é inseparável de sua ‘própria’ mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico”.<sup>2</sup> Também com relação à contemporaneidade, os discursos construídos pelos e nos meios de comunicação afiguram-se como os mais significativos dentre aqueles que estabelecem os lugares a partir dos quais nos posicionamos como indivíduos e a partir dos quais podemos falar<sup>3</sup>.

Para que se possa melhor examinar o papel social dos meios de comunicação, é necessário entender, portanto, que, mais do que suporte para a transmissão de

---

<sup>1</sup> Os periódicos foram pesquisados nos microfilmes da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Recentemente a BN tornou disponível a versão digitalizada da **Gazeta do Rio de Janeiro** no endereço: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm)>

<sup>2</sup> GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 29.

<sup>3</sup> HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória** – arquitetura, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

informação e conteúdo simbólico, sua atuação implica a transformação das interações no mundo social e o surgimento de novas formas de práticas sociais.

De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum<sup>4</sup>.

Mas de que tipo de poder se fala? De que forma os meios de comunicação exercem poder sobre seus usuários? De que forma participam da construção dos sujeitos, da identidade e da memória dos grupos sociais? Na visão de Foucault, o exercício do poder consiste em “conduzir condutas”, em “estruturar o eventual campo de ação dos outros”:

[o exercício do poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo da possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre uns ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações<sup>5</sup>.

Nas sociedades modernas ocidentais frequentemente compreendemos os acontecimentos do passado e mesmo do presente a partir de formas simbólicas mediadas, ou seja, por intermédio de livros, filmes e pela televisão. Diferentemente do que ocorre na interação face a face, o intercâmbio simbólico por intermédio da mídia permite um distanciamento espaço-temporal, um distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção e seu deslocamento para um novo contexto, com novas configurações espaciais e temporais. Soma-se a isso o fato de que a apropriação das formas simbólicas não se dá apenas no contexto inicial da atividade de recepção. É possível que se estenda muito além, pois as apropriações são elaboradas discursivamente e compartilhadas por indivíduos que não participaram do processo inicial.

Esta forma de apropriação das formas simbólicas produzidas pela mídia é particularmente significativa no contexto social brasileiro do século XIX. Estaremos considerando um país majoritariamente analfabeto, onde quase metade da população era

---

<sup>4</sup> THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 14.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 243-244.

de escravos, excluídos de qualquer direito civil ou político. A relação estabelecida com a palavra impressa era, então, frequentemente mediada pela oralidade.

As mensagens mediadas são, portanto, transformadas em um processo contínuo de repetição, reinterpretação, comentário e crítica, fornecendo, nesse processo de elaboração discursiva, estruturas narrativas a partir das quais os sujeitos posicionam-se diante do mundo em que vivem. Tal constatação revela-se extremamente significativa quando se pensa na memória social e no papel dos meios de comunicação em sua construção.

Os meios de comunicação produzem “uma idéia de história” e, neste processo, legitimam-se como lugar social. Não se pode, todavia, perder de vista que, ao registrar os fatos do cotidiano, os meios de comunicação engajam-se em operações discursivas de seleção e de atribuição de sentidos, orientadas por uma economia discursiva e por mecanismos ideológicos que lhes são próprios<sup>6</sup>. Assim, as (re)interpretações podem provocar efeitos de sentido distintos: do esquecimento, ou do retorno de algum sentido antes silenciado, e inclusive a irrupção de um novo sentido, que poderá até vir a desestabilizar as configurações de poder. Configura-se, portanto, um campo de disputas de sentidos. Se, por um lado, a memória pode ser vista como uma conquista, é preciso que a reconheçamos também como objeto e instrumento de poder<sup>7</sup>.

É a partir da perspectiva acima esboçada que as práticas discursivas da imprensa do século XIX são tomadas como espaço de enunciação em que se constroem (e deixam vestígios) processos de subjetivação da mulher. Examinar estas marcas implica compreendê-las em sua relação com as formações sociais históricas em que foram produzidas e as redes de sentidos a que se filiam; dito de outra forma, implica examinar as posições ocupadas pelos sujeitos e as formações discursivas nas quais os sentidos se originam e com as quais mantêm relações mais ou menos tensas.

Do ponto de vista da identidade e da memória social, o que se pretende, a partir da análise de um *corpus* heterogêneo, construído a partir de discursos publicados em diferentes periódicos, em momentos distintos da história, é perceber, em meio aos

---

<sup>6</sup> RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. **Mídia, memória e celebridades**. Rio de Janeiro: E-papers, 2005, p. 121.

<sup>7</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

rituais enunciativos da imprensa, sinais de possíveis rupturas com o *status quo* e vestígios das transformações dos sujeitos e das práticas discursivas que os constituíram.

## **OS PRIMEIROS TEMPOS DA IMPRENSA BRASILEIRA – A GAZETA DO RIO DE JANEIRO E O CORREIO BRAZILIENSE**

Na investigação das configurações das identidades e da memória construídas no âmbito da imprensa é preciso lembrar que, “apesar de ter a heterogeneidade como uma característica constitutiva”, a imprensa “funciona desambiguizando o mundo, homogeneizando os sentidos e instituindo ‘verdades’ que ela mesma coloca em circulação”. No discurso jornalístico, a construção do noticiário já vem impregnada da memória da própria constituição histórica da imprensa e, em decorrência disso, “as notícias se reinscrevem, sob o efeito ideológico da evidência, da obviedade, na direção de sentidos desejada/determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica”.<sup>8</sup>

As atividades tipográficas e a imprensa periódica surgem no Brasil sob os auspícios da Corte, em 1808, juntamente com as primeiras medidas tomadas pelas autoridades portuguesas no sentido de estimular as atividades culturais, criando academias, bibliotecas, instituições científicas, em um esforço de modernização da Colônia. Com a transferência da Corte, para alguns o acontecimento mais importante depois da chegada da frota de Cabral, o Brasil deixa de ser colônia para se tornar a sede da monarquia portuguesa, e a cidade do Rio de Janeiro, capital da Colônia desde 1763, recebe entre 15 a 16 mil novos habitantes, tornando-se o centro do Império e palco de grandes mudanças sociais<sup>9</sup>. Em 1808, havia apenas três livrarias no Brasil; 13 anos depois, na época em que D. João retornou a Portugal, havia 16. Com relação aos periódicos, no período joanino foram publicados oito jornais, duas revistas e quatro almanaques<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> MARIANI, Bethânia. Narrativas e rituais enunciativos na imprensa: a “intentona” de 35. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G; PINTO, M. J. (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 29-30.

<sup>9</sup> CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1822)**. Dissertação (Mestrado). IFICS – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

<sup>10</sup> IPANEMA, Cybelle de. A tipografia, o livro, o jornal, a revista, a charge. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Fundação Biblioteca Nacional, 2001, p. 385-397.

As atividades de impressão eram, contudo, fortemente censuradas. Era necessário solicitar permissão para imprimir qualquer coisa: livros, elogios fúnebres, orações de ação de graça, tratados de teologia, textos comerciais e até escritos comemorativos de eventos históricos. Tentava-se evitar a propagação de ideias consideradas perigosas e perturbadoras da ordem pública. O jornal que inaugura a tradição de impressão periódica no Brasil é a **Gazeta do Rio de Janeiro**, a voz da Corte, com sua primeira edição publicada pela Impressão Régia em 10 de setembro de 1808. Alguns meses antes, no entanto, já circulava clandestinamente no Brasil o **Correio Braziliense**. Publicado em Londres, era obra de Hipólito da Costa, considerado por alguns o pai do jornalismo brasileiro, talvez pelo caráter independente do seu jornalismo. Era maçom, perseguido pela Inquisição, um monarquista constitucional.

Os dois periódicos eram muito diferentes em vários outros aspectos. A **Gazeta** tinha periodicidade curta e preço baixo. Voltada para a divulgação dos atos dos governantes, veiculava notícias internacionais, informes sobre navegação e relatos e boletins referentes às batalhas e situações vividas pelas tropas aliadas contra Napoleão. Na última página, uma seção trazia pequenos anúncios de interesse mais local, por intermédio dos quais é possível conhecer um pouco do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, dos valores e das expectativas da época. O **Correio Braziliense**, por sua vez, em suas volumosas edições mensais, apresentava um jornalismo opinativo, mais interpretativo e analítico, comentando atos oficiais e acontecimentos. O jornal não retratava o cotidiano da cidade.

Tanto a **Gazeta** quanto o **Correio** foram veículos de divulgação de acontecimentos internacionais importantes na orientação do comércio exterior e também dos decretos régios, exercendo sua influência de formas diferentes. Enquanto a **Gazeta**, porta-voz do governo, foi aos poucos ampliando seus serviços e sua influência no cotidiano da cidade, o **Correio Braziliense** exercia influência política sem censura, tendo tido papel relevante na defesa da permanência de D. João no Brasil, após a derrota de Napoleão, e na campanha pela autonomia do Brasil em relação às Cortes portuguesas<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. In: COSTA, Hipólito José da. **Correio Braziliense, ou Armazém Literário**. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado/ Correio Braziliense, 2001, p.ix-xvi.

## O SILÊNCIO DAS MULHERES NOS PRIMEIROS JORNAIS BRASILEIROS

Um primeiro olhar sobre os primeiros periódicos brasileiros revela a pouca visibilidade da figura feminina no espaço discursivo da imprensa do período joanino. Mas esta quase-ausência não surpreende, porque a mulher está excluída do espaço público dos homens, do mundo que conta, principalmente da esfera econômica e política. Ela está ausente não apenas das páginas dos periódicos, mas também dos arquivos públicos e dos relatos da história. Sua trajetória se faz contar apenas nos arquivos privados, na correspondência familiar, nos diários íntimos.

No caso brasileiro, o sistema patriarcal aqui instalado, encontrando reforço na orientação da Igreja Católica, para quem a mulher era submissa e inferior, deixou às mulheres pouco espaço para uma ação mais explícita. Com relação à educação, observe-se que, no período colonial, enquanto no restante da Europa escolas públicas, paroquiais e conventos já ofereciam às meninas a oportunidade de aprender a ler e escrever, em Portugal a instrução feminina era assunto menor. A primeira escola de meninas surgiu em 1782, no convento da Visitação. Se uma mudança no que diz respeito à educação feminina pode ser observada em Portugal no final do século XVIII, a novidade custou a chegar na Colônia<sup>12</sup>. A este respeito escreveu Debret em 1825:

Desde a chegada da Corte ao Brasil tudo se preparara, mas nada de positivo se fizera em prol da educação das jovens brasileiras. Esta, em 1815, se restringia, como antigamente, a recitar preces de cor e a calcular de memória, sem saber escrever nem fazer as operações. Somente o trabalho de agulha ocupava seus lazeres, pois os demais cuidados relativos ao lar são entregues sempre às escravas<sup>13</sup>.

Na época da chegada da Corte portuguesa, as mulheres das camadas altas e médias da sociedade viviam reclusas em suas casas, ocupando-se de supervisionar as negras e de bordar ou fazer doces. Raramente vistas fora de casa, frequentavam a missa muito cedo, pelas quatro da manhã. A vinda da Corte veio trazer grandes mudanças no que diz respeito a este recolhimento imposto à mulher colonial das camadas mais altas da sociedade. As mulheres pobres e as escravas, por outro lado, não eram submetidas a estas restrições porque precisavam sobreviver trabalhando fora de casa.

<sup>12</sup> PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

<sup>13</sup> Citado em LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX** – antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo/Brasília: Hucitec/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 68.

Mas seria possível traçar uma memória das mulheres nas páginas dos periódicos? É possível identificar sua voz? Apesar da pouca frequência às páginas dos periódicos, diferentes imagens femininas são forjadas na imprensa do início do século XIX, refletindo o imaginário da época e, concomitantemente, construindo novos sentidos e projetando novas vozes. Mas de que forma esses sentidos sobre o feminino são construídos? É possível perceber alguma mudança ao longo do tempo?

Tanto no **Correio** quanto na **Gazeta**, durante todo o período joanino, aparecem, em espaços discursivos bem marcados nos jornais — os relatos dos acontecimentos na Europa —, mulheres de diferentes hierarquias nobiliárquicas: rainhas, princesas de diferentes casas reais, duquesas, marquesas, etc. Em geral, aparecem como coadjuvantes de seus maridos, em relatos sobre eventos sociais e políticos.

A partir de 1816, as referências às mulheres nobres passam não apenas a ocupar um espaço discursivo diferente — a pequena seção de Avisos da **Gazeta** —, como também a integrar uma outra cadeia de construção de sentidos em que se estabelece a nobreza como modelo de atualidade, condizente com a vontade de modernização da vida social e política vigente na época. O anúncio a seguir ilustra o papel da realeza no cenário das mudanças ocorridas em decorrência da chegada da Corte à Colônia:

Girard, Cabelleireiro de Sua Alteza Real a Senhora D. CARLOTA Princeza do Brazil, de Sua Alteza Real a Princeza de Galles, e de Sua Alteza Real a Duqueza de Angouleme; Pentê as Senhoras na ultima moda de Paris e de Londres; corta o cabelo aos Homens e ás Senhoras; faz cabelleiras de Homens e Senhoras, e tudo o que consiste na sua Arte; tingê com os pós de George com a ultima perfeição o cabelo, as sombrancelhas, e as suizas, sem causar damno algum á pelle nem á roupa; e tem huma Pomada, que faz crescer e augmentar o cabelo; agoa maravilhoza de M.<sup>me</sup> Martin de Paris, para fazer a pelle da cara branca. Assiste na rua do Rozario N.º 11 do lado esquerdo na caza de Pasto<sup>14</sup>.

Também as mulheres escravas têm espaço reservado na seção de anúncios da **Gazeta**. Como mercadoria, ora são vendidas ou alugadas por seus senhores, ora têm sua fuga denunciada. A maternidade recente lhes agregava valor, e eram vendidas ou alugadas como amas-de-leite, como ilustra o anúncio:

Vende-se huma escrava ladina de idade de 20 annos, boa ama de leite da primeira barriga, sabe lavar, engomar, e todo o serviço de huma

<sup>14</sup> GAZETA DO Rio de Janeiro, 2 de março de 1816.

caza, e he meio boa cozinheira, quem a quizer comprar procure na Cidade Nova, rua do Sabão, na caza onde se vende a polvora<sup>15</sup>.

Essas mulheres eram alugadas por seus senhores a famílias abastadas, que faziam questão de ostentá-las como símbolo de *status*. O viajante francês Jean Charles Expilly observou que as amas-de-leite eram bem tratadas, bem vestidas: “o luxo da ama exprime a prosperidade da casa”. Além disso, não podia ser contrariada em seus caprichos por receio de que isso pudesse alterar a qualidade de seu leite. Para poder usufruir as regalias das amas-de-leite, as jovens negras procuravam a maternidade. “É uma idéia fixa, que toma conta de seu espírito desde que se tornam núbeis, e que realizam assim que têm ocasião”.<sup>16</sup>

Anúncios da venda de escravas continuarão a ser publicados por muitas décadas, indicando uma cadeia parafrástica de sentidos perfeitamente ajustada às práticas discursivas de uma sociedade escravocrata que não levará a uma reconfiguração dos sentidos sobre a mulher negra.

Mas, e a mulher comum, livre? Como a imprensa joanina constrói sua imagem? Que posições ocupam nas representações? Podem ser identificadas diferentes cadeias parafrásticas de sentidos relativos a esta mulher. Identificadas nos relatos da guerra, são mães e esposas dos militares europeus que integram os pelotões das forças aliadas contra Napoleão. Fazem-se presentes nos periódicos por intermédio de menções a cartas que receberam de seus filhos ou maridos, e que servem como pano de fundo e suporte para os relatos das campanhas nas páginas dos periódicos. O cotidiano da guerra é reconstituído a partir das cartas. De uma forma indireta, essas mulheres são vítimas da guerra, por se encontrarem longe de seus entes queridos. Mas são as mulheres espanholas as que sofrem diretamente as atrocidades das tropas francesas e integram uma cadeia parafrástica que as constrói como frágeis e indefesas, juntamente com as crianças e os velhos, carentes da proteção das tropas aliadas.

É ainda no contexto dos relatos da guerra, contudo, que se percebe uma narrativa que "rompe" a cadeia parafrástica esperada. Trata-se de um relato sobre uma mulher espanhola que, tendo participado diretamente no campo de batalha, é

---

<sup>15</sup> GAZETA DO Rio de Janeiro, 22 de junho de 1816.

<sup>16</sup> Citado em LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX** – antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo/Brasília: Hucitec/Instituto Nacional do Livro/Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 91.

reconhecida publicamente pelas autoridades locais (espanholas), por sua bravura e patriotismo.

D. Catherina Martins Lopes, sobrinha do senhor Comandante D. Toribio Bustamante, companhia inseparável das gloriosas expedições de seu Tio, nesta jornada não só se fez superior ao seu sexo, mas até excedeo aos valentes militares, pois não obstante estar ferida, deo ella a morte ao mesmo de quem tinha recebido a ferida portando-se com maior Constancia e bizzaria<sup>17</sup>.

Observe-se, no entanto, que o desempenho de D. Catherina na guerra é comparado ao de um homem: “bate com a mais desencantada firmeza a tão infames vândalos, manifestando no seu ardente patriotismo um caráter verdadeiramente varonil”; “portando-se [...] como o mais valente soldado”. A bravura de D. Catherina é reconhecida pelas autoridades, que lhe conferem o título de Alferes da Cavalaria.

É, contudo, nas sequências discursivas em que se consegue vislumbrar o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro no período joanino – a seção Avisos da **Gazeta do Rio de Janeiro** –, que as mulheres livres que residem na Corte começam a aparecer. Construídas pela voz do jornal, timidamente se projetam como sujeitos na ordem social vigente. Na maioria das vezes, os anúncios se referem principalmente a viúvas que alugam ou vendem algum imóvel ou que aparecem como beneficiárias de uma licença do Príncipe para dar continuidade aos negócios do marido falecido. Com menor frequência, no entanto, a partir de 1809, começam a ser publicados anúncios em que mulheres livres oferecem-se para ensinar outras mulheres e, por vezes, anunciam a abertura de escolas, inaugurando uma cadeia parafrástica de sentidos que irá perdurar por décadas:

Na rua dos Ourives N.º 27, mora huma Ingleza com casa de educação para meninas, que queirão aprender a lêr, escrever, contar, e fallar Inglez e Portuguez, cozer, e bordar.<sup>18</sup>

D. Maria do Carmo da Silva, natural de Lisboa, assistente nesta Corte, na rua de S. José, faz saber ao publico, que na caza no. 31 por cima do bordador, tem Collegio de educação de meninas, a quem promete esmerar-se em todo o gênero de educação. Toda a pessoa, que quizer servir-se do seu préstimo, pode fallar-lhe; o preço he módico. Empenhar-se-há com toda a actividade, a fim de que em pouco tempo sejam perfeitas as suas educandas<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> CORREIO BRAZILIENSE, seção Política, p. 334, abril de 1810.

<sup>18</sup> GAZETA DO Rio de Janeiro, 6 de Setembro de 1809.

<sup>19</sup> Ibid., 2 de fevereiro de 1814.

Enquanto no primeiro anúncio, de 1809, a anunciante apresenta-se anonimamente, no segundo, de 1814, ela se apresenta pelo nome, como alguém que detém conhecimento valorizado socialmente e que anuncia seus serviços publicamente, inclusive projetando-se como portadora de atributos como qualificação e eficiência. O espaço do jornal é percebido como espaço de construção da subjetividade e da sociabilidade feminina, além de afigurar-se também como indício de que a sociedade brasileira começava a valorizar a educação feminina.

No anúncio a seguir, decerto destinado às camadas mais abastadas da sociedade, publicado em dezembro de 1812, a proprietária da escola descreve detalhadamente as habilidades a serem ensinadas, além de outros serviços oferecidos pela escola.

D. Catharina Jacob toma a liberdade de fazer sciente ao Publico, que ella tem estabelecido huma Academia para instrucção de Meninas na rua da Lapa, defronte da Ex.<sup>ma</sup> Duqueza, em que ensinará a lêr, escrever e fallar as linguas Portugueza, e Ingleza Grammaticalmente; toda a qualidade de costura e bordado, e o manejo da Caza. Está esperançada que, em consequencia do seu cuidado, e attenção na educação, Religião, e Moral, merecerá eternamente a protecção dos Pais, parentes, e pessoas, que lhe confiarem esta honra: cada Menina trará a cama completa, tres toalhas de mãos, hum talher completo, e cópo de prata, pagarão por cada Menina dezoito mil réis por mez, sendo a quarteis adiantados. Igualmente todas as pessoas, que quizerem, que as suas Meninas aprendão Muzica, Dança, e Desenho, será pago á parte [...]<sup>20</sup>.



Este anúncio é publicado mais uma vez na **Gazeta**, na íntegra, e quatro meses após a abertura da Academia, a proprietária publica novo anúncio, desta vez informando que a Princesa Carlota, demonstrando seu interesse pela instrução pública, havia permitido que as alunas pensionistas passassem a usar uma medalhinha com seu retrato. O trabalho que vem sendo desenvolvido por D. Catharina Jacob legitima-se com a aprovação explícita da Princesa.

Tudo indica, delineava-se uma mudança no que diz respeito à construção da identidade feminina. Ler e escrever passam a ser habilidades femininas valorizadas socialmente. Observe-se, no entanto, que D. Catharina Jacob, embora delineie com objetividade aspectos do serviço que anuncia, inclusive preços, e também se utilize de sofisticadas estratégias mercadológicas para atrair futuras alunas, solicita, em primeiro

---

<sup>20</sup> GAZETA DO Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1812; 6 de janeiro de 1813.

lugar, a proteção eterna das famílias das alunas, em uma espécie de escambo que a moeda parece apenas complementar.

### **SAINDO DA SOMBRA — A IMPRENSA FEMININA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

O século XIX foi palco de grandes transformações sociais, políticas e culturais na sociedade brasileira, e são inúmeros os estudos sobre o papel da imprensa como partícipe ativa nessas mudanças. Fala-se na imprensa da Independência a partir de 1820, quando se dá a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes, das gazetas, pregões, exibição de cartazes nas ruas, leituras coletivas, para um espaço público onde se consolidavam debates por meio da imprensa. A partir de 1840, começa a prevalecer o conceito de opinião pública identificada à vontade da maioria<sup>21</sup>.

A conexão entre jornalismo e literatura se acentua. Buscava-se uma identidade nacional, descolada da portuguesa: era o período do Romantismo. A influência dos escritores cresceu por meio dos folhetins, e os jornais e revistas estavam cada vez mais presentes na vida das pessoas letradas. Temia-se o fim do livro. Muitas vezes, a publicação de uma obra sob a forma de livro dependia de seu sucesso como folhetim. Diversas obras de relevância na literatura brasileira foram escritas para folhetins: **O Guarani**, **A viuvinha**, de José de Alencar, **Memórias de um sargento de milícias** de Joaquim Manuel de Macedo. Machado de Assis teve **Quincas Borba**, **A mão e a luva** e **Iaiá Garcia** publicados em folhetim, tendo, ao longo de sua carreira, colaborado simultaneamente em diversos jornais, inclusive o **Jornal das Famílias**, de largo público feminino<sup>22</sup>.

A partir da década de 1870, as ideias republicanas conquistavam a imprensa e o fluxo dos acontecimentos propicia o surgimento de inúmeros jornais. A imprensa era principalmente abolicionista e republicana e o que se fazia era combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder** – o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Talvez por esta razão, a fecunda imprensa do final do século XIX seja frequentemente apontada como partícipe ativa na construção de uma nova identidade feminina, até então construída com referência ao domínio familiar e doméstico e na visão da maternidade enquanto uma função biológica<sup>24</sup>. No final do século XIX, acompanhando as tendências européias, surge no Brasil a imprensa feminina, inaugurando um novo espaço de expressão para a palavra feminina.

Era forte a vinculação entre os periódicos femininos e a literatura. Vários jornais e revistas foram publicados por associações literárias femininas, abrindo-se então para as mulheres um espaço no mundo da literatura, antes ocupado quase que exclusivamente por homens<sup>25</sup>. Além da literatura, a moda também tinha papel significativo na imprensa feminina. As colecionadoras ansiavam pelas publicações que traziam, além do noticiário cultural, a continuação dos romances lidos em série e a última moda de Paris.

Delineava-se a identidade da mulher urbana, burguesa, instruída, que passava a expressar o desejo de atuar mais decididamente no seu meio. Os jornais projetavam uma mulher percebida à luz dos discursos que construía sua subjetividade na ordem do privado. Muitos periódicos tinham a forma de diários, memórias e escritos íntimos, gêneros discursivos femininos comuns na época que, juntamente com os figurinos, receitas culinárias, moldes de trabalhos manuais, contos, folhetins, tentavam normatizar a conduta feminina em seu novo papel de esposa-mãe-dona de casa. A nova identidade feminina calcada na valorização da maternidade, do cuidado com o marido e os filhos, era construída a partir do discurso de médicos, higienistas, moralistas, pedagogos<sup>26</sup>. O fragmento de uma matéria do jornal **A Família**, de 1889, é ilustrativo:

Da alegria da mesa depende a alegria do lar; da economia de todos os instantes depende o bom-humor das festas de família; da elegância e primoroso asseio da mulher depende a ternura inesgotável do marido;

<sup>24</sup> Cf. BICALHO, M. Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Rebeldia e submissão** – estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989; SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência** – mulheres pobres e ordem urbana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; FERREIRA, Lucia M. A. A escrita de si na imprensa – exemplos da fala feminina na imprensa do século XIX. In: MARIANI, Bethânia (Org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006.

<sup>25</sup> BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1990.

<sup>26</sup> Cf. TADDEI; TURACK; FERREIRA. Imagens da mulher na literatura e na imprensa no Brasil oitocentista. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 18, n. 2, p. 311-24, 2007.

do modo por que ela rege e domina o seu pequeno império doméstico depende a educação dos filhos, a moralidade do interior [...].

Por que não fazemos da nossa casa um ninho alegre e fofo, que o nosso marido prefira ao botequim, ao grêmio, ao clube, ao restaurante, à casa de seus amigos, e onde ele esteja certo de encontrar o alimento mais saboroso e mais higiênico, o ar mais puro e lavado, a poltrona mais cômoda, a conversa mais animada, mais substancial, mais chistosa e menos pedante?

Pouco a pouco, à regeneração da mulher, seguir-se-ia a regeneração do homem<sup>27</sup>.

Inserida no imaginário social da época, afetada pela memória e pelos discursos, a mulher enuncia-se como sujeito a partir dos lugares sociais que lhe são reservados: deve cuidar da casa, mantê-la limpa e organizada, cuidar da educação dos filhos e manter o marido dentro de casa. Consolida-se, portanto, no espaço público da imprensa, uma cadeia de sentidos sobre o papel social da mulher que tenderá à homogeneização e cristalização na memória social.

Mas os rearranjos da identidade social se sucedem e se sobrepõem continuamente no mesmo espaço discursivo. As formações discursivas não são fixas nem estáveis. Pelo contrário, são invadidas por outras formações discursivas, provocando deslocamentos e o surgimento de novos sentidos. É por este motivo que, no mesmo **A Família**, que muitas vezes veicula discursos extremamente conservadores, são construídos veementes discursos favoráveis ao sufrágio feminino, como ilustra o fragmento a seguir, também de 1890, em que a autora comenta o parecer dos parlamentares encarregados da elaboração da Constituição, desfavorável ao voto feminino:

[...] claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente nos casos em que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito de voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual, da consciência do ato, da faculdade de discriminação.

Ainda mesmo – o que não admito – que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre escolha daqueles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos, e que alentamos com a vida e educação de nossos filhos<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Citado em BICALHO, M. Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de O.; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Rebeldia e submissão** – estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989, p. 91.

<sup>28</sup> Ibid.

A imprensa que se convencionou chamar de imprensa feminina do final do século XIX não se apoiava exclusivamente na literatura e na moda para reivindicar a instrução da mulher como condição indispensável à sua emancipação. De acordo com o imaginário da época, reconhecia a função formadora da mulher, ampliava seu poder na esfera doméstica e enfatizava sua capacidade de intervenção moralizadora na sociedade, mas também projetava vozes que clamavam por mais do que sua atuação na esfera privada: denunciavam a discriminação sexual e reivindicavam o sufrágio feminino. Inscreve-se, portanto, na escrita jornalística, um processo de subjetivação e de construção dos sentidos do feminino que, por manifestar-se no discurso da imprensa, poderá vir a constituir memória e agendar processos identitários futuros.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise ora empreendida, procurou-se entender as representações da sociabilidade feminina projetadas pelos jornais como construções discursivas que, além de sua dimensão constitutiva na construção social da realidade, são também prática social que projeta e forja a mudança social e cultural. Pretendeu-se, com a análise, captar aspectos que permitissem flagrar a mudança social e os sucessivos rearranjos da identidade feminina e, em decorrência disso, da construção discursiva de gênero e da memória social.

A literatura sobre a imprensa em geral, e em particular sobre a imprensa brasileira do século XIX, com frequência mostra que a discussão crítica estimulada pela imprensa periódica teve um impacto transformador nas instituições e nas práticas políticas. No que diz respeito às mulheres, observa-se, a partir do exame dos periódicos do início do século e dos periódicos da imprensa feminina do final do século, profundas mudanças relacionadas à reconfiguração do espaço público feminino, no que diz respeito às representações na imprensa. Se no início do século as mulheres eram quase invisíveis no espaço público da imprensa, no final do século elas não apenas são representadas com maior frequência como suas vozes ecoam em veículos que lhes são específicos, muitas vezes empreendimentos de mulheres. Mas, o que pode ter mudado?

Análises da condição feminina na Europa do século XIX apontam para uma clara exclusão das mulheres do espaço político, na maior parte das vezes inseparável do público. Os princípios de organização política delineados pelos filósofos destacam que,

em virtude de sua inaptidão radical para as coisas da política, as mulheres colocariam o Estado em perigo. Além disso, há também um discurso dos ofícios que acentua a divisão das esferas de atuação dos dois sexos: “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”. Nos meios populares urbanos, a ausência do pai, distanciado pelo trabalho, reforça o papel social da mãe que conquista o direito de administrar o pagamento do marido, constituindo um “matriarcado orçamentário”, principalmente na esfera burguesa<sup>29</sup>. Também faz parte de suas atribuições na administração do lar a iniciação dos filhos nas primeiras letras.

É compreensível que transformações semelhantes no que diz respeito à reconfiguração do espaço feminino estivessem ocorrendo no Brasil no final do século XIX. É fundamental, todavia, que se tenha em mente que estes novos rearranjos da identidade feminina, flagrados nas representações da imprensa da época, foram construídos no interior dos movimentos do final do século, quando as campanhas abolicionista e republicana clamavam ideais de liberdade e igualdade. Construído em meio às transformações econômicas e sociais decorrentes da inserção do País na era capitalista, este discurso colocou a mulher cada vez mais em contato com a esfera pública e com o mercado. Reorganiza-se, portanto, o contexto sociopolítico e o imaginário e, no espaço público da imprensa, a mulher sai da sombra e faz ecoar a sua voz.

---

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 178.